NOTICIAS INTERNACIONALES AL 03/07/2020

BRASIL **2**

Precios firmes por escasez de oferta 2
CEPEA: margen de la carne se redujo en juno 2
Buenas perspectivas en el mercado, si bien preocupan los cierres aplicados por CHINA 2
Exportaciones récord en el primer semestre de 2020 3
CHINA concentra el 10 % de la carne bovina producida en BRASIL 3
CHINA suspende establecimientos con casos de COVID 19 4
Al menos cinco establecimientos fueron suspendidos *4*
Preocupación de las autoridades - Gestión de la Ministra *5*
MEXICO y CANADA aprobaron establecimientos brasileños 6
Proyectan incremento del 27% hacia 2029 en la producción de carnes bovinas 7
Fiebre aftosa: evalúan la estrategia de dejar de vacunar 7

URUGUAY **8**

Exportación en pie cayó 71,6% en 2019/20 frente al récord histórico 8
Ruralistas apoyan la importación de ganado en pie, pero con condiciones 8
Convocarían a Uriarte a la Comisión de Ganadería por la importación de ganado 8
El promedio de gestación en bovinos cayó al 74,9% 9
Análisis de Rafael Tardáguila: El problema es la tendencia 10
Analizan incorporar otras tecnologías a caravanas del SNIG 10
La Expo Prado se realizará con protocolo elaborado por el MSP 11

PARAGUAY: LLEGÓ OTRO GRUPO DE RABINOS Y SE ESPERA AL ÚLTIMO EN DOS SEMANAS **12**

UNIÓN EUROPEA **12**

COVID-19 evaluación sobre el nivel de confianza en el sector agropecuario 12
Política Agropecuaria Común: mantienen el marco hasta 2022 13

ESTADOS UNIDOS **13**

Recuperación de la oferta de carne respecto de la crisis por COVID 13
Aumentaron las operaciones en el canal online 13
Reacción ante las exigencias de CHINA de garantizar embarques “libres “ de COVID -19 14
Proveedores entregan declaraciones de seguridad *15*
Factores que intervienen en la retención de hembras 15
Acuerdo EE.UU. – Canadá y México (USMCA) entró en vigencia 16
Importaciones suman valor a la producción estadounidense de carnes vacunas 16
Cambios y perspectivas en la ganadería 18
NCBA satisfecha ante cambios que mejoran la capacidad de la industria de carnes 18

AUSTRALIA **19**

Merma en los embarques del mes de junio por escasez de oferta 19
China aplicó cláusula de salvaguardia y estableció aranceles adicionales sobre las exportaciones de carnes bovinas procedentes de AUSTRALIA 20
Acuerdo con INDONESIA entra en vigencia 20

EMPRESARIAS **21**

Burger King, Cargill y WWF – lanzan programa de producción sustentable 21

BRASIL

Precios firmes por escasez de oferta

Sexta-feira, 3 de julho de 2020 - 06h00
Em São Paulo, o tom foi de estabilidade na última quinta-feira (2/7), frente ao fechamento do dia anterior (1/7).
Segundo levantamento da Scot Consultoria, a cotação do boi gordo destinado ao mercado interno está firme em R$220,00/@, bruto e à vista, R$219,50/@, livre de Senar e também à vista, e em R$216,50/@, descontados o Senar e o Funrural, na mesma condição de pagamento.
O boi jovem até 30 meses, que atende às exigências do mercado chinês, é negociado em até R$225,00/@, preço bruto e à vista.
Para as fêmeas, vaca e novilha, a cotação está em R$200,00/@ e R$210,00/@, respectivamente, bruto e à vista.No Rio Grande do Sul, o mercado ganhou força em função da pouca oferta de boiadas e da boa condição das pastagens de inverno, o que deu maior poder de negociação para o pecuarista.
Nesse quadro, a cotação do boi gordo subiu 1,3% na comparação feita dia a dia, e ficou cotada em R$7,70/kg, bruto e a prazo, e em R$7,60/kg, descontado os impostos (Senar e Funrural), também a prazo.

CEPEA: margen de la carne se redujo en juno

Fonte: Cepea. This post was published on 2 de julho de 2020
Em junho, o preço médio da arroba da carne bovina negociada no atacado da Grande São Paulo seguiu superior ao do animal para abate (Indicador CEPEA/B3, mercado paulista), contexto que vem sendo verificado, em termos gerais, desde o encerramento de 2016. No entanto, essa vantagem diminui bastante no mês.
Segundo pesquisadores do Cepea, isso evidencia que o ritmo de alta dos preços do boi está acima do observado para a carcaça, o que, por sua vez, pode estar atrelado ao recente enfraquecimento da demanda brasileira pela carne, diante do menor poder de compra da população, que deve estar em busca de proteínas mais competitivas.
Segundo dados do Cepea, em junho, a diferença entre os preços da arroba do animal e da carcaça casada foi de apenas 1,18 Real/@, com vantagem ainda para a carne negociada no atacado. Essa é a menor diferença desde agosto de 2018, quando esteve brevemente negativa, em 0,4 Real/@, ou seja, com a arroba do animal negociada acima da carne no atacado. Como comparação, em junho do ano passado, a diferença era de 10,24 Reais/@, com vantagem para a carne no atacado.

Buenas perspectivas en el mercado, si bien preocupan los cierres aplicados por CHINA

Por: Denis Cardoso 01/07/2020
Preço dispara nas principais praças pecuárias, com São Paulo fechando negócios a R$ 222 para pagamento a prazo
Com a virada do mês e a entrada da massa salarial de parte da população brasileira, o consumo doméstico de carne bovina tende a esboçar recuperação, o que estimulou uma maior compra de boiadas nesta quarta-feira, 1º de junho.
“Alguns frigoríficos conseguiram estender as escalas de abate e ajustar a produção, resultando em novas valorizações da arroba em algumas praças pecuárias”, relata boletim pecuário da IHS Markit, grupo com sede em Londres, que no ano passado comprou a Informa Economics FNP e que agora passa por um processo de migração de marca e produto (com extinção do nome anterior).
Segundo levantamento da IHS Markit, nesta quarta-feira, os preços da boiada gorda subiram em algumas das principais regiões pecuárias do País, incluindo São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará. Na praça paulista, o anima terminado avançou para R$ 222/@, prazo, valor máximo (veja a relação dos principais preços regionais desta quarta-feira nesta tela).
“O cenário de maior demanda por proteína animal deve se manter firme ao longo da primeira quinzena do mês, abrindo margem para possíveis novas valorizações nos preços da arroba”, prevê a IHS Markit.
No entanto, dizem analistas, é preciso observar o andamento das medidas da China contra as fábricas mundiais de proteínas que não estão conseguindo eliminar a propagação da Covid-19 entre os funcionários de chão de fábrica. Cinco plantas brasileiras já foram impedidas, temporariamente, de exportar carne (bovina e de aves) para o mercado chinês por conta da doença.
A firmeza nas cotações da boiada gorda no mercado físico tem provocado uma reação também nas cotações dos contratos futuros negociados na B3, que estavam patinando ao redor de R$ 200/@ algumas semanas atrás e agora já atingem valores mais altos, ao redor de 215/@ (contratos para os últimos meses deste ano).

Exportaciones récord en el primer semestre de 2020

Fonte: Portal DBO. This post was published on 3 de julho de 2020

A receita e o volume de carne bovina exportada em junho cresceram em junho, na comparação com igual período do ano passado. Continuam batendo recordes mensais de desempenho, em linha com a demanda global por proteína animal e a capacidade brasileira de entrega do produto. É o que mostram os dados apresentados nesta quarta-feira (1/7), pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia.

Os embarques externos de carne bovina fresca, refrigerada ou congelada somaram 152,47 mil toneladas em junho deste ano, 33,1% acima das 114,51 mil toneladas ante junho de 2019. A receita totalizou US$ 655,47 milhões, alta de 48,2% sobre os US$ 442,11 milhões do ano anterior. Os números também mostram que a carne brasileira está mais valorizada, alcançando um preço médio de US$ 4.298,90, por tonelada. Em junho do ano passado, ela custava US$ 3.860,80 por tonelada.

O Ministério da Agricultura e Pecuária ainda não esmiuçou os dados apurados pela Secex, o que deve ocorrer até meados do mês, apontando destinos e origens da carne comercializada. Mas, reunindo os números das duas pastas já dá para afirmar que o Brasil bateu recorde histórico na exportação de carne bovina no primeiro semestre de 2020. Foi o maior volume e a maior receita registrada na última década (confira tabela abaixo). Entre janeiro e junho, 883,5 mil toneladas embarcadas renderam US$ 3,883 bilhões. O crescimento na fatura semestral foi de 22,9%. O volume avançou 6,4%.

O fato é que os pecuaristas que possuem gado e condições de negociação vêm obtendo margens nos negócios internacionais que passam pelos frigoríficos exportadores. “Hoje, existe uma variação de prêmio, na exportação, que vai de R$ 2 a R$ 15, dependendo do seu parceiro”, diz o pecuarista Wilson Brochmann, diretor da Agropecuária Maragogipe, com fazendas em Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, e que na noite de ontem (1/7) participou do DBO Entrevista com o tema “China e apagão de bezerro são balas na agulha pecuária” (veja neste link).

“Se você tem volume e quantidade, pode negociar um preço diferenciado. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, além do boi-China temos a lista Trace, Cota Hilton, Programa Novilho Precoce e Nelore Natural”, diz ele.

As exportações, puxadas pela China, explicam boa parte do atual cenário para a pecuária como um todo. Lygia Pimentel, CEO da consultoria Agriffato, e que também participou do DBO Entrevista, afirma que o boi-China é um prêmio ao produtor que reverbera para toda a cadeia da carne bovina. “Vai por osmose esse movimento. O boi-China é um prêmio que abre uma via de escoamento e acaba puxando o boi comum”, afirma ela. “A China vai continua a demandando por proteína. Não dá para descansar dentro da porteira.”

Outras carnes

A Secex também apresentou os dados para as exportações de suínos e de frango. As carnes suínas fresca, refrigerada ou congelada somaram 87 mil toneladas, um aumento de 53,9% sobre as 56,5 mil toneladas de junho de 2019. As vendas externas renderam US$ 187,8 milhões no mês passado, ante US$ 129,72 milhões em igual mês de 2019, aumento de 44,7%. O preço médio variou negativamente, saindo US$ 2.293,50/t (junho/2019) para US$ 2.158,60/t (junho/2020).

A carne de frango (aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas), totalizaram 320,81 mil toneladas em junho, recuo de 13,2%% na comparação com as 369,73 mil toneladas de igual mês de 2019. A receita foi de US$ 408,23 milhões, um recuo de 32,1% em relação a junho do ano passado, quando havia alcançado US$ 601,68 milhões. O valor médio de venda em junho deste ano foi de US$ 1.272,50 por tonelada, um recuo de 21,8% ante os US$ 1.627,40 de um ano antes.

Confira as exportação de carne bovina nos últimos 10 anos

2020 = 883,5 mil/t, por US$ 3,841 bilhões
2019 = 830,5 mil/t, por US$ 3,124 bilhões
2018 = 657,9 mil/t, por US$ 2,672 bilhões
2017 = 651,3 mil/t, por US$ 2,629 bilhões
2016 = 712,3 mil/t, por US$ 2,725 bilhões
2015 = 630,1 mil/t, por US$ 2,678 bilhões
2014 = 753,6 mil/t, por US$ 3,372 bilhões
2013 = 678,4 mil/t, por US$ 3,007 bilhões
2012 = 555,7 mil/t, por US$ 2,627 bilhões
2011 = 542,5 mil/t, por US$ 2,579 bilhões
Fonte: Secex e Mapa

CHINA concentra el 10 % de la carne bovina producida en BRASIL

Fonte: Valor Econômico. This post was published on 3 de julho de 2020

“Se a China der um sopro, para o Brasil isso representará um furacão”. Assim a consultoria Agrifatto, especializada em pecuária, descreveu a importância do país asiático para os produtores de gado e para a indústria nacional de carne bovina.
Em relatório, a consultoria traçou um paralelo entre a atual dependência dos frigoríficos brasileiros em relação à China e ao papel exercido pela Rússia, mercado muito relevante para a pecuária brasileira no passado recente.
Antes da emergência chinesa como grande importadora de carne bovina, eram as habilitações de frigoríficos por Moscou – e os corriqueiros embargos comerciais e sanitários aplicados pelo país – que provocavam furor em empresários do setor frigorífico.
Mas se a Rússia já teve o poder de ocasionar abalos consideráveis nos preços da carne e do boi gordo, e era temida por isso, a verdade é que a importância chinesa é muito maior. No fim de 2017, recorda o relatório da Agrifatto, Moscou bloqueou todos os frigoríficos brasileiros, o que fez as indústrias despejarem um volume significativo de carne no mercado doméstico, pressionando as cotações em 2018.
Atualmente, a China absorve aproximadamente 10% da produção brasileira de carne bovina. A Rússia representava 2% na época dos embargos, segundo a Agrifatto. Do lado dos importadores chineses, os frigoríficos brasileiros têm a mesma importância que tiveram para os russos no passado – 9% do consumo da proteína bovina no país é oriunda do Brasil.
“A exposição brasileira à China é muito maior do que sua exposição perante a Rússia em 2017. […] O que ocorreria caso a China resolvesse restringir ou condicionar suas compras?”, indaga a Agrifatto, indicando uma reflexão sobre o assunto, especialmente neste momento crítico de pandemia.
Em meio aos esforços para tentar conter a covid-19, Pequim decidiu bloquear mais de 20 frigoríficos em todo o mundo – três deles são brasileiros. As medidas aconteceram mesmo sem evidências científicas de que os alimentos transportados possam transmitir o vírus, e fontes do setor avaliam que a decisão da China visa a dar uma satisfação à população do país, uma estratégia que teria ganhado importância com a associação dos novos casos em Pequim à contaminação por meio de salmão comercializado em um grande mercado na capital chinesa.
Apesar da dependência brasileira, a Agrifatto pondera que a chance de uma redução do volume importado pela China é pequena por que o país ainda lida com a falta de carne provocada pela epidemia de peste suína africana, que restringiu a oferta de porcos. De qualquer forma, toda atenção é necessária.
“O alerta deve permanecer ligado, já que a carne bovina tem um preço por tonelada maior que a proteína suína e a de frango e, caso o governo chinês encontre substitutos para a carne bovina brasileira, os preços pecuários poderiam ser impactados”, destacou a consultoria. No momento, o cenário para os pecuaristas brasileiros segue positivo. Com oferta restrita no campo, os preços do boi gordo seguem em um dos maiores níveis da história.

CHINA suspende establecimientos con casos de COVID 19

Al menos cinco establecimientos fueron suspendidos

30/06/2020
Governo chinês aperta o cerco a plantas brasileiras com casos da Covid-19 entre seus trabalhadores
Por: Denis Cardoso
Aos poucos, a Covid-19, que prejudicou fortemente – e rapidamente – as linhas de abate de frigoríficos norte-americanos, vai também fazendo estragos na indústria de carne do Brasil – embora, em proporções bem menores (pelo menos por enquanto). Em pouco tempo, cinco unidades frigoríficas brasileiras já tiveram que parar (temporariamente) de exportar carne à China, depois de casos de coronavírus registrados entre os funcionários.
Os nomes das empresas não foram divulgados pelo governo brasileiro. Mas, segundo informações que circulam no setor, entre as plantas impedidas temporariamente de exportar ao mercado chinês, estão as fábricas de aves da JBS em Passo Fundo (RS) e da Minuano em Lajeado (RS) e as unidades de bovinos da Marfrig em Várzea Grande (MT) e da Agra Agroindustrial em Rondonópolis (MT).
Além disso, a Naturafrig Alimentos informou em comunicado que, devido ao aumento de casos do novo coronavírus em Rochedo (MS), vai suspender, por conta própria, as operações de sua unidade no município por 15 dias.
Procuradas pela DBO, as empresas JBS e Marfrig, as duas líderes de mercado, disseram, por meio de suas assessorias, que não iriam “se manifestar sobre o assunto”.
Segundo informações oficiais divulgadas na segunda-feira (29/6) pelo Ministério de Agricultura, Abastecimento e Pecuária (Mapa), a China suspendeu importações de três unidades processadoras de carne do Brasil. No comunicado, como já mencionado acima, o Mapa não revelou o nome das indústrias brasileiras e disse apenas que o órgão chinês responsável pela área (GACC) “solicitou recentemente informações sobre alguns estabelecimentos brasileiros que exportam para a China e que tiveram notícias divulgadas na imprensa do Brasil sobre casos da Covid-19 entre seus trabalhadores”. “Não nos foram apresentados formalmente os motivos das suspensões”, afirmou o ministério.

Na nota, o Mapa acrescentou que o Brasil possui regramento para prevenção, controle e mitigação de riscos de transmissão da Covid-19 nas atividades da indústria de abate e processamento de carnes e derivados e que a portaria com essas medidas já foi traduzida para o mandarim e entregue às autoridades sanitárias chinesas. "O Mapa está mantendo contatos frequentes com a GACC no intuito de prestar as informações requeridas de forma ágil e transparente, mas também para reforçar que as decisões sobre eventuais suspensões de importação devem ser embasadas em informações científicas", disse.

Preocupación de las autoridades - Gestión de la Ministra

Fonte: Valor Econômico. This post was published on 1 de julho de 2020

O governo brasileiro teme novas suspensões de frigoríficos pela China, além dos três já impedidos de exportar por determinação do país asiático e de outro barrado pelo próprio Ministério da Agricultura, num momento em que os chineses vêm endurecendo as restrições sanitárias à importação de alimentos diante de sinais de um novo surto de casos de covid-19 naquele país.

Segundo o Valor apurou, mais duas unidades podem entrar na lista de Pequim, que vem pedindo informações sobre casos de contaminação de funcionários nas fábricas do segmento. Além de estabelecimentos de carnes bovina e frango, os chineses também fizeram questionamentos sobre plantas de abate de suínos – de grandes empresas e de frigoríficos de menor porte.

Antes das suspensões, 102 frigoríficos do Brasil estavam habilitados a exportar à China, principal destino das exportações de carnes do país. Ainda que o número de plantas suspensas seja pequeno até agora, Brasília ainda busca entender quais critérios técnicos vêm sendo usados pela China para suspender as plantas, mesmo que temporariamente.

Por ora, o esforço é para afastar a questão ideológica do debate comercial com a China e levantar as suspensões de forma "clara e técnica". O governo brasileiro vê a ação da China como um movimento global, já que Pequim também suspendeu a importação de carnes de unidades de países como Reino Unido, Holanda, EUA, Canadá e Austrália.

Mas há uma percepção de que ruídos recentes vêm tornando a relação bilateral com a China mais delicada, como ofensas de integrantes do governo Bolsonaro aos chineses e a intenção do Itamaraty de banir empresas chinesas do leilão da tecnologia de 5G no Brasil. "Antes da crise, a relação era excelente; agora está apenas normal", diz uma fonte.

Ontem, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, sustentou, em conversa com parlamentares da bancada ruralista e diretores de mais de 40 associações de produtores e exportadores, que não há "problema de relação" com a China.

De acordo com informações de uma fonte, ela teria pedido para que sejam evitadas declarações à imprensa sobre o assunto. Na segunda-feira, o Ministério da Agricultura informou, em nota, que a China suspendeu a importação de carnes de três frigoríficos brasileiros após tomar conhecimento de casos de funcionários infectados com o novo coronavírus por notícias veiculadas na imprensa brasileira. "É uma questão de segurança alimentar.

A população chinesa está com medo de um novo surto e eles têm que dar uma resposta", afirmou a fonte.

Mas paira a dúvida sobre os critérios científicos usados para as suspensões, uma vez que não há comprovação ou evidências científicas de que o novo coronavírus seja transmitido por meio de alimentos in natura ou processados. É isso que aumenta o temor entre as empresas exportadoras.

Entre as plantas suspensas estão as unidades mato-grossenses de abate de bovinos de Várzea Grande, da Marfrig, e de Rondonópolis, que é da Agra (Grupo Alibem). Na indústria avícola, foram suspensas as exportações do frango processado pela Minuano em Lajeado e pela JBS em Passo Fundo – ambas no Rio Grande do Sul, esta última vetada pelo próprio Ministério da Agricultura.

"Não há fundamento técnico algum nessa suspensão. O produto está chegando lá, sendo analisado sem problema de qualquer natureza, sem covid-19. Mas é uma forma de dar satisfação ao consumidor chinês", disse o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Francisco Turra.

Analistas consultados pelo Valor também observaram que as suspensões ocorrem depois importações firmes chinesas de grãos e carnes nos últimos meses.

Fonte: Valor Econômico. This post was published on 2 de julho de 2020

O governo intensificou os diálogos com as autoridades chinesas para tentar reverter a suspensão das exportações de carnes de frigoríficos brasileiros devido ao registro de casos de covid-19.

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, conversou nesta quarta-feira com o embaixador da China em Brasília, Yang Wanming, por videoconferência. Ela reforçou que as medidas sanitárias adotadas pelas indústrias garantem a segurança dos alimentos vendidos para a Ásia e que não há nenhuma evidência científica que indique a carne como possível vetor do novo coronavírus.

Os chineses bloquearam temporariamente os embarques de três estabelecimentos do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul com receio de um novo surto da pandemia em Pequim.

Na conversa, a ministra afirmou que os trabalhadores diagnosticados com o novo coronavírus são afastados dos estabelecimentos e não mantêm contato com os produtos exportados para a China.Como as autoridades chinesas souberam dos casos de funcionários de frigoríficos infectados por notícias da imprensa e não de forma oficial, o governo avalia que há falha no entendimento sobre a realidade atual nas indústrias de carnes do país.
Uma fonte graduada do governo afirmou ao Valor que as principais demandas apresentadas ao embaixador foram conhecer os critérios técnicos que motivaram a suspensão e quais serão as diretrizes para a retomada das exportações.
"Manifestamos o interesse de que eles reabilitem as plantas tão logo as indústrias cheguem em um nível satisfatório, mas que digam quais são os critérios para isso", disse a fonte.
Os pedidos também já foram manifestados junto à Pequim. Uma cópia em mandarim do protocolo obrigatório para mitigação da covi-19 nos frigoríficos brasileiros foi enviada ao diplomata chinês.
A conversa entre a ministra e o embaixador foi avaliada como um exercício de transparência entre os países e que pode ajudar na busca por uma solução mais rápida devido ao peso político e pessoal de Tereza Cristina.
Mesmo assim, quem acompanha de perto as discussões no governo diz que é cedo para prever uma volta à normalidade nas relações. "Vamos ter que esperar. Temos uma situação epidemiológica complicada no país e temos que aguardar para as coisas fluírem melhor novamente".
O Valor apurou ainda que o Ministério da Agricultura criou um chat online para se comunicar com as autoridades do Administração Geral de Alfândegas da China (GACC, na sigla em inglês) de forma mais ágil e transparente e para "evitar erros" nas informações sobre a situação das unidades, conta um auxiliar do governo. "Abrimos um canal de esclarecimento", disse.
O diálogo é em inglês entre técnicos chineses e brasileiros das secretarias de Defesa Agropecuária e Relações Internacionais, das embaixadas e os adidos agrícolas no país asiático. Também integram o grupo as representantes do Núcleo China – departamento ligado diretamente ao gabinete da ministra e que contratou recentemente uma funcionária chinesa.
A preocupação do Ministério da Agricultura é porque a GACC tem um núcleo específico para acompanhar o noticiário internacional, de onde partiu a decisão sobre as suspensões das plantas daqui.

MEXICO y CANADA aprobaron establecimientos brasileños

Fonte: Notícias Agrícolas. This post was published on 1 de julho de 2020
Nesta terça-feira (30), as referências futuras para o boi gordo finalizaram a sessão com valorizações na Bolsa Brasileira (B3). O vencimento Junho/20 registrou um avanço de 0,32% e está cotado a R$ 218,50/@. O julho/20 está precificado a R$ 221,00/@ e teve um aumento de 1,40%. Já o Agosto/20 encerrou o dia com um avanço de 0,23% e foi negociado a R$ 217,00/@.
Canadá e o México habilitaram seis frigoríficos a exportar carne bovina e de aves. De acordo com a informação da Agência Estado, cinco habilitações foram concedidas para o embarque de carne bovina ao México. "As homologações beneficiam duas unidades da JBS em Pontes e Lacerda/Tem Promissão/SP, Bataguassu/MS, e JI-Paraná/RO.
Por outro lado, a China suspendeu importações em três unidades processadoras de carne do Brasil, conforme o Ministério da Agricultura (Mapa) divulgou nesta segunda-feira (29).
A medida foi adotada diante das preocupações de Pequim de conter novo surto da epidemia de Covid-19. Dentre as plantas que estão suspensas são a Agra e a Marfrig, no Mato Grosso (carne bovina), Minuano, no Rio Grande do Sul (aves).
Em entrevista ao Notícias Agrícolas, o Sócio da Radar Investimentos, Douglas Coelho, ressaltou que a informação trouxe um efeito bem limitado quando colocado em números e fundamentos. "Só o mercado futuro que sentiu essa notícia, na qual estava com uma tendência de alta e nesta manhã o mercado trabalha com desvalorizações", destaca.
Apesar da notícia de suspensão de quatro plantas frigoríficas, o mercado físico do boi gordo ainda opera com preços firmes. A Informa Economics reportou que as indústrias com escalas de abate mais apertadas, no entanto, ofereceram preços maiores para conseguir originar matéria prima.
Já no mercado doméstico, a Informa Economics apontou que a inconsistência das vendas de carne no mercado doméstico faz com que grande parte dos frigoríficos se mantenham cautelosos nos negócios, aguardando novos encaminhamentos no escoamento dos cortes bovinos para traçar a estratégia de compra de gado para os próximos dias.
No aplicativo da Agrobrazil, o valor negociado para o animal que atende as exportações na região de Ourinhos/SP está ao redor de R$ 220,00/@, à prazo com trinta dias para pagar e com data para abate em 03 de julho. Na localidade de Naviraí/MS, o animal comum foi negociado a R$ 210,00/@, à prazo com 15 dias para pagar e com data para o abate em 02 de julho.
A consultoria Agrifatto destacou que as cotações da carcaça casada bovina seguem estáveis, com tendências de pressão positiva dos frigoríficos, dados os avanços da arroba em grande parte das praças.

“As expectativas começam a aumentar com a proximidade do próximo mês, que tende a elevar as vendas de care bovina”, apontou.

Proyectan incremento del 27% hacia 2029 en la producción de carnes bovinas

29/06/2020 Confira o estudo "Projeções para o Agronegócio Brasileiro", para a pecuária bovina, uma das 15 cadeias produtivas avaliadas pela Fiesp

Em 2029, o Brasil deve produzir 12,6 milhões de toneladas de carne bovina, volume 27% superior a 2018. As exportações podem chegar a 3,2 milhões de toneladas, o que representaria um crescimento de 102% na comparação com o atual desempenho. A demanda doméstica deve saltar 12%, passando de 7,9 milhões de toneladas para 8,8 milhões de toneladas na próxima década.

Os dados superlativos não são apenas para o mercado externo, de acordo com o estudo “Projeções para o Agronegócio Brasileiro 2029, publicado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entidade presidida pelo empresário Paulo Skaf. A instituição, que tem em sua estrutura um departamento de análise setorial e também o Conselho Superior do Agronegócio (Cosag), presidido por Jacyr Costa Filho, revisa anualmente as projeções para o futuro do agronegócio em 15 cadeias produtivas, mais fertilizantes.

Os dados para a pecuária ainda mostram o comportamento do rebanho, demanda doméstica, cobertura de área de pastagem, taxa de lotação e distribuição da produção de carne por Estado. Olhando no longo prazo, os dados são animadores, embora os impactos da pandemia do novo coronavírus ainda estejam subdimensionados. “Ninguém poderia imaginar que em 2020 teríamos de conviver com os efeitos devastadores, para a saúde e para a economia, de uma pandemia global. O Covid-19 estava completamente fora do radar e suas amplas consequências ainda estão por ser mensuradas”, diz Skaf na apresentação do estudo. “Não obstante este ano ser marcado, provavelmente, por queda expressiva do PIB e do emprego, as

projeções previstas no Outlook Fiesp 2019-2029 consideram que o modelo macroeconômico que o Brasil deve seguir na próxima década já se encontra relativamente desenhado.”

A China como maior compradora da carne bovina brasileira, continua como mercado promissor. Mas, de acordo com o estudo, “a coincidência de dois grandes episódios sanitários em curto espaço de tempo, a Peste Suína Africana e a recente epidemia de coronavírus, provavelmente induzirá o governo chinês a uma revisão estratégica na estrutura de produção e comercialização pecuária do país”. O Brasil, no entanto, continuará a trajetória de principal fornecedor de proteína vermelha, embora pareça “claro que as recentes pandemias sanitárias, em humanos e animais de criação, levarão a mudanças profundas nos sistemas produtivos: haverá a adoção de protocolos mais rígidos para a produção de carnes, aprimoramento das boas práticas de fabricação, maior profissionalização e intensificação da produção ao redor do mundo, em especial na Ásia, continente que deverá puxar de forma relevante o consumo de proteínas animais na próxima década”.

Rebanho cada vez mais sustentável

Para sustentar o crescimento, o setor produtivo continuará seu processo de melhorias tecnológicas. O salto de qualidade na gestão ambiental e de produtividade tende a colocar a pecuária como uma atividade cada vez mais forte como usuária de tecnologias.

A pecuária utilizará, em 2029, uma área de 172,6 milhões de hectares para pastagens, uma queda de 4% em relação ao espaço atual. No entanto, o rebanho crescerá apenas 9%, chegando a 233,5 milhões de animais. Traduzindo, significa intensificar o processo de criação e de engorda dos bovinos, encurtando seu ciclo de vida. Assim, a taxa de lotação de 1,2 bovinos por hectare, tende a subir para 1,4 bovinos por hectare, um crescimento de 14%.

No caso da distribuição e desempenho por região do País, o Centro-Oeste vai liderar a corrida pela criação bovina, chegando em 2029 com uma participação de 39% na produção de carne bovina, seguida pela região Norte com 25% (confira o mapa a seguir).

Fiebre aftosa: evalúan la estrategia de dejar de vacunar

Mapa suspende calendário do Pnefa por causa da Covid-19, mas Estados continuam almejando novo status sanitário, apesar da falta de consenso

Novo calendário para retirada da vacinação nos blocos II, III e IV será definido no primeiro semestre de 2021.

Por Renato Villela

O processo de retirada gradativa da vacinação contra a febre aftosa no Brasil continua gerando discussões acaloradas e incertezas, principalmente em tempos de Covid-19. Diante das dificuldades vividas pelos Estados brasileiros, que têm direcionado esforços e recursos para o combate à pandemia, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) “achou prudente” suspender a retirada da vacina antiaftosa nos blocos II, III e IV (veja mapa na página ao lado), marcada para maio de 2021.

A medida foi anunciada no começo deste mês de junho, após reuniões virtuais realizadas por representantes do Mapa com as equipes gestoras dos três blocos, para avaliar o impacto da pandemia sobre o plano de ações necessárias à retirada da vacinação. Concluiu-se que não haveria prazo suficiente para cumprir o calendário.
Pesou nessa decisão um fenômeno já assinalado por DBO em reportagens anteriores: o "empilhamento" dos blocos. Todos passaram a ter maio de 2021 como data para a última campanha de vacinação, devido a atrasos sucessivos no cronograma original.
Segundo anunciou o Mapa, novos prazos para retirada da vacina serão discutidos com os gestores dos blocos somente no segundo semestre do próximo ano, deixando em suspenso muitas das ações previstas no Plano Estratégico 2017-2026 do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (Pnefa).
O adiamento foi comemorado por pecuaristas contrários à retirada da vacinação, seja por não acharem necessária essa medida (e até temerária), seja por medo de que a doença seja reintroduzida no País. Outro grupo continua defendendo a mudança de status sanitário para livre de aftosa sem vacinação, considerado uma espécie de passaporte para entrada da carne brasileira em países que pagam melhor pelo produto. Divergências à parte, a extensão do prazo dá oportunidade aos Estados para aperfeiçoar seus serviços de defesa sanitária e, ao setor produtivo, para debater o tema, visando assumir posições mais alinhadas.

URUGUAY

Exportación en pie cayó 71,6% en 2019/20 frente al récord histórico

30/06/2020 - 4:23 PM
En el año cerrado a junio de 2020 se enviaron a los mercados 128 mil bovinos.
La exportación uruguaya de ganado en pie cerró el año agrícola con 128 mil cabezas negociadas, una baja del 71,6% en comparación al récord histórico de 451 mil animales que se registró en 2017/18, informó el director de la consultora Tardáguila Agromercados.
Rafael Tardáguila comentó a Rurales El País que Turquía, con 106 mil cabezas, representó el 82,8% del mercado de exportación de ganado vivo de Uruguay en el último año, cuando dos años atrás compró 405 mil animales.
"En los primeros seis meses del 2020 la salida de animales fue muy por debajo de lo que venía siendo", explicó el especialista y sumó: "Se mantiene una tendencia en descenso".
A principios de la semana pasada la empresa Olkany realizó una exportación de 18 mil terneros Turquía y está próximo para ingresar al puerto de Montevideo un barco de Gladenur para el envío de 19 mil cabezas, ambos negocios con permisos del año pasado.
Semanas atrás se conoció la noticia que Turquía habilitó la emisión de nuevos permisos y compraría en el año 200 mil animales de Brasil y Uruguay. "De ese total serían unos 80 mil que van a estar siendo embarcados desde Uruguay en los próximos meses", indicó Tardáguila.

Ruralistas apoyan la importación de ganado en pie, pero con condiciones

28/06/2020 - Demandan similares exigencias que las pedidas a Uruguay.
La Federación Rural fue una fuerte impulsora de la exportación de ganado en pie y es partidaria "de la libre competencia", remarcó el presidente de la gremial, Julio Armand Ugón en su discurso de Clausura del 103° Congreso Anual, que esta vez, debido a la pandemia y en forma extraordinaria, se hizo virtual, con la presencia de pocos consejeros en la sede de Montevideo.
Destacando su postura de que se mantenga abierta la puerta, el ruralismo pidió que en la importación de ganado en pie, "se exijan las mismas condiciones sanitarias que nos reclaman, ni más, ni menos", dijo tajante Armand Ugón en su oratoria.
El Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP) habilitará próximamente la importación de ganado vivo con destino a faena en las plantas frigoríficas que comercializan carne en el mercado interno.

Convocarían a Uriarte a la Comisión de Ganadería por la importación de ganado

30/06/2020 - El diputado Alfredo Fratti considera que "es una barbaridad que se estudie la posibilidad" de importar ganado.
El diputado frenteamplista y expresidente del Instituto Nacional de Carnes (INAC), Alfredo Fratti, manifestó su intención de convocar al Ministro de Ganadería a la Comisión de Ganadería de Diputados "para que explique de primera mano" la posición sobre la importación de ganado en pie.

Alfredo Fratti comentó a Rurales El País que se enteró de la noticia por los trascendidos en los medios de prensa: “Nos alarmó” la información, ya que “es una barbaridad que se estudie esa posibilidad”, destacó el integrante de la Comisión de Ganadería.
Hasta la fecha no hay una definición tomada sobre la importación de ganado en pie de la región, según supo Rurales El País el Ministerio de Ganadería estaría próximo a crear una Comisión, integrada por distintas áreas de la cartera, para analizar la viabilidad del negocio desde las distintas variables. Además, se informó que será una decisión que la determinaría Presidencia.
De todos modos, la importación de ganado en pie es un tema que está firme sobre la mesa tras el pedido de las gremiales de la industria frigorífica y de la Federación de Obreros de la Industria de la Carne y Afines (Foica).
Fratti señaló que el pedido de importar ganado vivo “no es algo nuevo” y “es un desatino total”. Y agregó: “Se dice que tenemos una condición sanitaria similar a la de Brasil y Argentina, de acuerdo a la OIE puede ser, pero de acuerdo a los mercados mundiales no es igual”.
A modo de ejemplo, el Diputado dijo que Uruguay es el único país libre de aftosa con vacunación que puede entrar a Japón. “Por qué no le compran a Brasil si tiene el mismo estatus, porque no le creen. Internacionalmente no es el mismo estatus y tampoco el mismo valor para la carne”, resaltó.
Que se valore el producto “es un trabajo que lleva años de mucha seriedad” y “no porque la carne de Uruguay tenga un atributo especial”, indicó y agregó: “Los mercados pagan más o menos dependiendo del lugar de dónde se produce la carne”.
Por último, Fratti destacó: “En una visión del mundo que está cada vez más restrictivo y se solicita mayor seguridad alimentaria, Uruguay va abrir sus fronteras para importar ganado”.

El promedio de gestación en bovinos cayó al 74,9%

03/07/2020 - En año de extrema seca bajó de 5,7 puntos porcentuales frente a 2019.
El XVII Taller de Evaluación de Diagnósticos de Gestación en Vacunos, organizado por INIA Treinta y Tres, mostró un porcentaje promedio a nivel país de 74,9% en un año de extrema sequía.
Son 5,7 puntos porcentuales por debajo del resultado del año pasado, cuando se había llegado al 80,6%. Serán preñeces caras y con menor calidad.
En 18 años se llevan evaluados 5.420.261 vientres y se muestra una radiografía de lo que está pasando en el segmento de la cría, cuando hasta el 2003 no había datos tan firmes.
“La principal enfermedad del rodeo de cría es el hambre” y esta vez, esa fue la realidad, mostrándose peores resultados en las zonas más afectadas por el clima, mientras que en el norte, salvo en Artiga, el régimen de lluvias ayudó a preñar el rodeo.
Rocha. El Dr. Emilio Machado aportó los datos de Rocha, con 35.497 vientres evaluados y 71,9% de preñez. Son 8 puntos por abajo del resultado de 2019.
Es una de las zonas afectadas por la sequía y donde, incluso, hubo mortandades de ganado. “Era esperable por la situación climática en los últimos dos tercios del servicio”, dijo el especialista. Una realidad que rompió los ojos y que mostró que el esfuerzo del productor no se vio reflejado en los resultados, fue que hubo mayor cantidad de vacas sometidas a destete precoz y aun así, debido al clima, hubo un porcentaje más bajo de preñez.
Treinta y Tres. La Dra. Fernanda Nin, del Centro Médico Veterinario de Treinta y Tres, aportó el resultado de predios en su departamento, Rocha y Lavalleja. Evaluó 40.293 vientres y un resultado de 69,7% de preñez. Es un resultado más bajo respecto al año anterior por la sequía durante el entore. En 2019 se había llegado a 82% de preñez.
Litoral Oeste. Los veterinarios Gustavo Sacco, Pablo Nieto y equipo, presentaron datos del litoral oeste, centro y centro sur del país (Soriano, Colonia, Florida y San José). Evaluaron 71.107 vientres y el porcentaje de preñez fue 82,6%. Si bien también el porcentaje cayó frente al año anterior, “fue mejor a lo esperado frente a la situación climática vivida”, marcaron los profesionales y su equipo.
Lavalleja. Juan Andrés García Pintos, que participó por primera vez en el taller, aportó datos de Lavalleja, Maldonado, Canelones y parte de Florida. Se llegó a 67% de gestación y “hubo menos preñez en vaquillonas respecto a años anteriores”, remarcó el veterinario. Eso marca la importancia del manejo de las recrías durante el primer invierno, para que tenga buen desarrollo y se preñe.
Sobre 69.681 vientres evaluados se obtuvo 77,8% de preñez en el caso de los resultados presentados por Santiago Bordaberry y Sebastián Viana. El resultado fue 5,3% más alto que el promedio histórico. “Hay grandes diferencias por zonas y entre rodeos gestionados y no gestionados”, afirmó Santiago Bordaberry.
Cerro Largo. Pablo Marinho presentó datos del noreste. Sobre 31.312 vientres se llegó a 68,73%. “Se sirvió la mayor cantidad de vientres que se pudo y había predios con altas cargas”, remarcó el profesional.
Salto. A su vez, Eduardo y Diego Texeira mostraron que en Artigas, Salto y otros, se llegó a 78% de preñez, un punto por debajo del resultado del año pasado. En el norte, salvo en Artigas donde el régimen de lluvias fue menor, se logró un porcentaje bueno.

Paysandú. Finalmente, Lauro Artía y su equipo, sobre 39.077 vientres evaluados se llegó a 81,5% de preñez. “Fue un buen resultado y superior a otras zonas, porque fue una zona privilegiada en cuanto a lluvias previo al servicio”, afirmó Artía. El resultado es superior al valor mostrado en 2019. Los datos son válidos para Rio Negro, Salto, Artigas, Tacuarembó y Paysandú. Al cierre del taller, la Dra. Graciela Quintans afirmó que hay un enorme desafío por delante y es trabajar sobre las pérdidas. Se pierde un 10% de las preñeces entre la gestación y el parto, son pérdidas para el productor y para el Uruguay ganadero. Todavía hay mucho para trabajar sobre venéreas.

Análisis de Rafael Tardáguila: El problema es la tendencia

02/07/2020 - Segundo semestre dependerá de lo que suceda con el Covid-19.

Los precios del complejo ganadero y los valores de exportación de la carne vacuna en este primer semestre no son muy distintos, en promedio, a los del mismo período del año pasado. Lo preocupante es la tendencia: mientras en los primeros meses de 2019 subían de forma expresiva, este año caen.

Los precios internacionales de la carne ya habían mostrado señales de agotamiento de la impresionante espiral alcista de 2019 a partir de que el gobierno chino dijo basta y frenó el financiamiento de las empresas importadoras. El gerente de marketing del Instituto Nacional de Carnes (INAC), Lautaro Pérez, viajó en los primeros días de enero a China a analizar la difícil situación que estaba llevando a muchos de los importadores a presionar para renegociar los precios a los que habían comprado volúmenes significativos del producto.

Y todo eso fue antes de que cambiara el mundo. Tan solo pocos días después el Coronavirus, luego con el nombre propio de Covid-19, comenzó a esparcirse desde la ciudad china de Wuhan al mundo, causando una paralización de la economía mundial que impactó -no podía ser de otra manera- en la demanda de todos los productos que no fueran alcohol en gel y jabón, incluyendo la carne vacuna.

La historia es conocida. Un evento disruptivo como este no tenía forma de no pegar en los precios de los productos que se comercializan en el mercado internacional. La demanda por carne vacuna está atada a la evolución de la economía, por lo que un mundo en recesión implica menores ventas. Sin embargo, en el caso de la carne hay dos factores que han logrado mantener los precios en niveles relativamente elevados, aunque notoriamente por debajo de los picos de fin de año. Uno de esos factores es internacional y el otro local.

El global es la fiebre porcina africana en China y demás países del sudeste asiático. En las últimas semanas se informó además de una serie de casos en Nigeria, por lo que la enfermedad retornó a su continente de origen. Este año se habla menos de este virus -eclipsado por el otro- pero su impacto sobre la oferta de proteína animal a nivel mundial sigue siendo importante, más allá de que la demanda se contrajo por el hundimiento de la economía. Esto ha sostenido el valor medio de exportación en el promedio del semestre 5% por encima del mismo período de 2019. Como se decía, el problema es la tendencia.

El factor local es la escasez de oferta. La generación de novillos en edad de faena es relativamente reducida debido a que muchos de ellos (más de 400 mil) se fueron en pie cuando eran terneros. A eso se suma una baja oferta de vacas debido a que el país está en fase de recomposición de existencias. Los terneros han tenido precios atractivos, el aliciente fundamental para que los criadores opten por mantener más vacas dentro del rodeo de cría. Esto, junto a la menor demanda, hundió la faena 23% en el semestre, una caída de más de 260 mil cabezas.

Por lo tanto, en promedio los precios de las distintas categorías, ya sea gordo como reposición, no han sufrido caídas significativas. El novillo y la vaca gorda bajaron 3% en la comparación anual, en tanto que el ternero subió 4%.

El problema es la tendencia. Mientras en el primer semestre de 2019 era claramente alcista, este año es a la baja. Primero para el gordo y luego para la reposición. El precio del ternero recién bajó al final del período, manteniéndose más firme que el gordo en la medida que su valor tiene una incidencia menos directa del precio de exportación.

¿Qué puede deparar el segundo semestre del año? Dependerá de lo que pase con el Covid-19. Si el mal empieza a quedar atrás, el mercado retomará firmeza; si se viene la temida segunda ola de contagio, la situación empeorará. Lo que es claro es que las elevadas cotizaciones de más de US$ 4 el kilo de gordo (novillo y vaca) y más de US$ 2,50 para el ternero quedaron atrás.

Analizan incorporar otras tecnologías a caravanas del SNIG

29/06/2020 - Ministro Uriarte dijo que es un gran desafío a futuro.

Los productores piden al gobierno que se apunte a caravanas que no sólo garanticen la trazabilidad del ganado, sino que también ofrezcan otras prestaciones. A su vez, piden un fortalecimiento del Sistema Nacional de Información Ganadera (SNIG).

Este pedido se reflejó en el siguiente punto de la Declaración Final del 103 Congreso Anual de la Federación Rural: “con respecto al SNIG creemos que es una muy buena herramienta, a pesar de haber

sido mal usada, en algunos casos puntuales y fallado en controles. Debemos exhortar a los productores a que regularicen diferencias entre los stocks reales y del SNIG. Creemos que se debe trabajar en mejorar las guías, adecuando categorías, así como pensar en el mediano plazo en caravanas que den otras prestaciones que la simple identificación (ej. rastreo GPS)".
En ese sentido, el ministro Carlos María Uriarte sostuvo que se recibieron "un montón de tecnologías, de propuestas de desarrollo" y explicó que "el desafío está, hay que probar y desarrollarlas".
El secretario de Estado no pasó por alto que hay posibilidades: "no todas probadas, pero hay propuestas en las cuales vamos a trabajar y vamos a analizarlas con detenimientos. No quiero entrar en detalle".
Contó a los congresistas que una de las grandes dificultades "es el seguimiento de los animales, cuando uno carga, si se carga todo o se entrevera algún animal, debido a las interacciones que hay en los embarcaderos y en las jaulas de los barcos con los lectores normales".
Uriarte reconoció que mejorar la prestación de las caravanas "es un desafío tecnológico importante que tenemos por delante para poder leer en forma masiva y llevar un control exacto de por dónde va y hacia dónde van las diferentes cargas".

La Expo Prado se realizará con protocolo elaborado por el MSP

28/06/2020 Se cumplirá con lo mismo que se exige para los shopping, restaurantes y locales nocturnos.
Entre el 9 y el 20 de septiembre se realizará, como cada año, la Expo Prado, organizada por la Asociación Rural del Uruguay.
Pero, en un año particular, será una edición diferente.
Los directivos de ARU trabajan intensamente para lograr un protocolo sanitario junto con el Ministerio de Salud Pública para que la actividad se desarrolle, cumpliendo con la política que viene impulsando el Poder Ejecutivo para combatir el Coronavirus. "Le presentamos un borrador al Sub director José Luis Satdjian, quien encomendó la coordinación a la Subdirectora General María del Luján Giudici y estamos trabajando para hacer un protocolo definitivo", informó Rafael Ferber Artagaveytia.
La idea es homologar los mismos protocolos que ya existen para distintas actividades que han vuelto a funcionar, y otras que lo harán en breve. "Vamos a cumplir a rajatablas lo que nos marque Salud Pública", dijo el director de Exposiciones de ARU. En líneas generales se trata que ese protocolo "marque los mismos aforos de los aprobados para los shopping, o en la parte gastronómica lo que se pide hoy a los restaurantes habilitados".
Sí, se asegura habrá cambios. "Ya eliminamos todos los espectáculos en el ruedo", informó Ferber. Además, el clásico ciclo de conferencias se programa para hacerlo virtual, "lo que no quiere decir que, si la situación nos permite, lo podamos hacer semi presencial o con cupos". Pero para tener seguridad "lo planificamos virtual y llegado el momento, se hará lo que la situación y el MSP permita, con sentido común".
En cuanto al público, desde ARU se asegura que se puede controlar y regular. "Lo podemos controlar con nuestro sistema de molinetes que nos marca los que entran y salen al predio". Además, piensan vender entradas por redes de cobranza, "para no generar aglomeraciones". Por eso, la cantidad de gente "la manejaremos de acuerdo a lo que se disponga con Salud Pública, podemos regularlo, porque en el peor de los casos limitamos la venta de entradas a una determinada cantidad de gente por día", dijo Ferber.
Con Plaza Prado, dependerá de lo que haya habilitado a ese momento en el resto de la ciudad. "Si se habilita para el Prado será para todos los locales nocturnos al mismo momento, pero tengo expectativas que cuando llegue la Expo sea algo natural, que los lugares nocturnos ya tengan situación normal".
Cabe mencionar que en las 7 hectáreas del predio de la Rural del Prado, normalmente pasan por la Expo en torno a las 500 mil personas, este año con las limitaciones esperan que quizás sea un 40% de esa cifra. "Contando a la gente que trabaja, los expositores y los visitantes, condicionado al protocolo", dijo Ferber.
Ganadera.
También habrá cambios en la muestra ganadera. Por ejemplo, se invertirá más recursos para adaptar las localidades donde se quedan los cabañeros. "Calculando la cantidad de gente del año pasado, vamos a hacer que estén de una manera más amplia que siempre", dijo el directivo de ARU. Tradicionalmente se alojaban en contenedores, con cuchetas, "estaban cómodos, pero con menos espacio, ahora vamos a poner dos por contenedor y con lugares de limpieza amplios, respetando los mismos metros que fijó el Mides en el alojamiento del Prado".
En cuanto al programa de reproductores, el director de Exposiciones dijo que "todas las razas están avisadas y entienden que es un año especial". Aseguró que, "no es nuestra intención, al día de hoy, acortar la exposición ganadera, pero sí buscaremos adecuar mejor el calendario de juras y ventas, como forma que la cantidad de gente que llegue a las distintas razas se distribuya". Este año, se volverá a tener juras de lunes a viernes para distribuir las distintas razas. Y las conferencias, al ser virtuales, se está evaluando cómo y cuándo se realizarán.

Hay cosas, como el desfile de campeones, que “son prescindibles”, en el sentido que, si no se puede hacer, no se hace. “Después se verá con los protocolos, hay que ir evaluando a medida que pasen los días y cómo evoluciona”. Lo que para Ferber sí es imprescindible es el acto del sábado al mediodía. “Se va a hacer, porque tenemos suficiente espacio y si hay que hacerlo en el medio del ruedo, se hará”. Consideró que “es uno de los puntos básicos, porque el mensaje de la Rural y de las autoridades es imprescindible”.
Comercial.
En cuanto a lo comercial, se están firmando convenios para que queden los lugares reservados “y damos la chance de pagar más adelante, manteniendo los descuentos, para tener las certezas que las empresas necesitan”.
De todas formas, el director de Exposiciones de ARU afirmó que “hay muchos espacios comerciales que igual saben que su público estará. Es un Prado difícil, que hay que trabajarlo y la oficina de Exposiciones escucha todas las propuestas”.
Para Rafael Ferber será una Expo más ganadera, “es la prioridad de ARU, pero también somos responsables de todo el movimiento comercial que genera la Expo Prado, porque hay muchas empresas que dependen de este tipo de actividades y al faltar la Activa y Melilla, el sector agropecuario lo necesita”. Además, agregó, “de todo el movimiento zafral de gente que trabaja en la Expo y depende de sus ingresos”.

PARAGUAY: llegó otro grupo de rabinos y se espera al último en dos semanas

30/06/2020 - Los equipos que llegaron a finales de mayo y principios de junio están operando con su máxima capacidad, informó un industrial paraguayo.
Un equipo de rabinos para la faena bajo el ritual kosher podría llegar a Paraguay en una o dos semanas para iniciar trabajos en la planta de Belén de la empresa Athena Foods, después de cumplir la cuarentena obligatoria en hoteles de salud.
Una fuente de la industria frigorífica dijo a Valor Agro que “el arribo no está confirmado” y “depende de las preparaciones del frigorífico” para su recibimiento correcto.
Ayer arribó al aeropuerto internacional Silvio Pettirossi una comitiva de rabinos, que no fue gestionada por la Cámara Paraguaya de la Carne (CPC), para operar en Frigorífico Concepción, en un vuelo de la línea Paranair procedente de San Pablo, Brasil.
Según explicó la fuente al medio paraguayo, todos los grupos que llegaron al país a finales de mayo y principios de junio “están trabajando con capacidad completa”, tras cumplir las exigencias sanitarias.
Durante junio se han realizado exportaciones de carne bovina con destino a Israel, y se prevé que los equipos realicen tareas hasta finales de julio.

UNIÓN EUROPEA

COVID-19 evaluación sobre el nivel de confianza en el sector agropecuario

01 July 2020
The EU Farmers Confidence Barometer survey was carried out over the first semester of 2020 across ten EU Member States and showed a slight lift in farmers’ moods compared to that of autumn 2019.
However, this increase was not enough to make up for the negative sentiment still felt across all Member States. The survey was conducted during the early stages of the COVID-19 pandemic, meaning that it should be read carefully bearing in mind the context. The results vary and do not take into account the effects of the pandemic on production and the HoReCa channels.
The mood among farmers did not drastically change between this confidence index and the previous one. Although the overall impact of the pandemic was not entirely reflected in the survey, the pandemic did affect some countries, which is shown in Italy as their mood has darkened.
Italy was one of the first countries to be affected, showing a drastic reduction in confidence as the pandemic hit them the hardest early on. Understandably, Italy’s difficulties stemmed from struggling to find seasonal workers, the closure of the HoReCa channels and the major impact on wine demand from third countries, which is clearly mirrored in the results.
The Netherlands felt low in confidence as well, which could be explained mainly by the drop in demand in the horticulture and floriculture sectors, which would normally witness seasonal highs in the springtime. The pig and poultry sectors’ situation, however, remained virtually unchanged. The Netherlands’ confidence is projected to decrease further due to the inevitable collapse of some sectors and a decline in sales prices and production volumes.
When asked whether famers had faced any problems or difficulties whilst running their farms during the pandemic, Germany were the most positive with 62 percent of German farmers stating that they did not

face any difficulties, followed by Italy (56 percent) and Hungary (46 percent). Belgium ranked top with 72 percent agreeing that they had come across minor difficulties. The problems most commonly encountered by farmers were weather conditions, input costs, a drop in agricultural prices, and environmental regulations.
The next edition of the barometer will highlight the agricultural sector's struggles throughout the COVID-19 pandemic and might also prove itself as a yardstick to the European Commission to see whether the exceptional measures taken did indeed manage to alleviate the situation across Member States.

Política Agropecuaria Común: mantienen el marco hasta 2022

03 July 2020
The European Council will extend current Common Agriculture Policy rules until the end of 2022.
The Council reached a common understanding with the European Parliament on 30 June 2020 on continuing to support European farmers under the current legal framework until the end of 2022 when the new Common Agricultural Policy will enter into force. The negotiated text was endorsed by the Council's Special Committee on Agriculture later the same day.
Extending the current rules for two more years and until the new CAP is agreed and enforced, gives much needed predictability and certainty to all farmers across Europe during the COVID-19 crisis. The EU will continue to fund rural development programmes and to grant support to European farmers through direct payments while ensuring a smooth transition to the next CAP period.
The extension will allow for uninterrupted payments to farmers and other beneficiaries. Moreover, within these two years, member states will have time to prepare their strategic plans under the new CAP legislation and to plan for their implementation after approval by the Commission.
The final adoption of the transitional regulation is expected by the end of 2020 as it is closely linked to the multiannual financial framework (MFF) currently under negotiation.
Background
Given the current state of play of the CAP reform discussions in the European Parliament and Council as well as of the ongoing MFF negotiations, it became clear that the legislative procedure would not be concluded in time to apply the new rules and the CAP Strategic Plans as of 1 January 2021. It was therefore necessary to plan for a transitional period. The European Commission proposed in October 2019 an extension of the CAP's existing legal framework. The presidency obtained a partial mandate for negotiations with the European Parliament on 6 April 2020. As the European Parliament and Council have now informally developed a common understanding on the transition period, only the MFF related issues remain open and between brackets.

ESTADOS UNIDOS

Recuperación de la oferta de carne respecto de la crisis por COVID

USMEF June 30, 2020 08:57 AM
U.S. beef and pork production encountered significant challenges in April and May as processing facilities implemented worker safety measures related to COVID-19, raising concerns about available supplies. But as Dan Halstrom, U.S. Meat Export Federation (USMEF) president and CEO explains in the audio clip below, production has rebounded significantly in recent weeks. He says this underscores the U.S. industry's ability to serve both domestic and international customers.
Halstrom explains in the audio, that for the week ending June 27, U.S. cattle slaughter was the second largest of 2020 at 680,000 head, up 4% from the previous week and 1.5% above a year ago. Live cattle weights averaged 1,369 pounds, up 50 pounds from last year. Hog slaughter was estimated at 2.64 million head, up 11% year-over-year and the fourth consecutive week above year ago levels, with live weights up 8 pounds from a year ago to 291 pounds.

Aumentaron las operaciones en el canal online

Beef Checkoff July 1, 2020 Online grocery ordering has expanded its reach and popularity over the past several years, but current events have recently aided its growth. Progressive Grocer and a study by Brick Meets Click report the household penetration for online grocery shopping hit its highest at 33% in May of 2020. Based on this rapid shift in consumer behavior, the National Cattlemen's Beef Association, a contractor to the Beef Checkoff, sought to better understand the online grocery landscape both at a high-level, as well as specific to beef.
Initially, the research gathered insight on how consumers' online grocery behavior has changed with the current climate around the COVID-19 pandemic. Overall, 51% of consumers increased their online grocery shopping and 21% just started buying groceries online. Further, 70% of the total consumers surveyed plan to continue or increase online grocery shopping in the future.

Other insights were gathered on who online grocery consumers are, their barriers and motivations for online grocery shopping, and their general purchase habits. Anyone can order groceries online and it is common across all regions of the country, but younger and higher income consumers are the most concentrated groups of online shoppers. Those who order groceries online more often are also demographically different. More frequent online grocery shoppers skew male, middle-aged, and those with kids. These consumers are also more inclined to order beef online. For those who do buy fresh beef online, only 5% have ever been unsatisfied. Satisfied consumers commented on beef's freshness and quality the most:

"I've never had problems with ordering fresh beef online. In fact, I think the product I received was better than what I would have picked."

"My beef was picked by someone who knew what they were doing. Just the right amount of marbling on all of it."

"It's a good quality meat and it was fresh."

However, results show the primary reason some consumers have yet to buy groceries online is due to the desire to pick out their own items, especially fresh produce and meat. The cost associated with delivery and subscription fees is also a hindrance to online grocery shopping. On the other hand, the impact from COVID-19 has encouraged more consumers to purchase online, but saving time and the fact that it has become easier has helped the virtual experience.

When it comes to beef, these motivations are still top of mind. Among those who aren't currently buying beef but are open to it, having more information on its quality and expiration date, having a discount to try or buy the first time, or knowing someone from the meat department is picking out their beef would help. As mentioned, many consumers are hesitant to shop for groceries online because they cannot pick out their meat or produce themselves. Clearly consumers feel a lack of control when it comes to online grocery shopping, which translates to a desire for personalization when it comes to buying beef online.

Specifically, 56% of consumers report they would not buy fresh beef online. When asked why, picking out and seeing the beef product was still mentioned most, but a more in-depth look showed this was because consumers wanted to ensure the freshness, quality, and exact specifications of the beef like they could at the store. As previously noted, these factors are not concerning for people that are currently shopping online, which demonstrates a disconnect for non-purchasers to convert. A few of their direct responses highlight this finding:

"I would be worried about its quality. I would much rather go to the store and pick out my own meat."

"I am very picky and choosy when it comes to beef. I like to look at the meat and fat ratio and how fresh the meat looks."

"I feel like there is no guarantee the product will be fresh. Also, I get anxiety thinking about receiving a near expired product or one of poor quality."

To solve for this, customizing the beef ordering experience as much as possible or providing guarantees in the selection and delivery of beef will help. This is notably important for steak. When comparing specific beef barriers within this research—across ground beef, steaks, and roasts—consumers had more concern for steak quality and getting the right cut and size. In general, consumers would be more inclined to try buying steak and other types of beef online if online grocery retailers leveraged specific tactics. Such tactics that consumers rated higher include:

Providing images of the specific cuts/types of beef

Customization of beef—particularly steak size, thickness, grade, and cut

Listing amounts, expiration dates, grade, cut, and fat ratios with relevant beef products

Providing a discount/incentive to try or buy select beef products online for the first time

Assurance of safe handling (delivery window, cold storage, etc.)

There is no doubt the online grocery space will only continue to grow. While the current situation has elevated this growth, we know recently converted consumers are also coming away highly satisfied. Additionally, overcoming the barrier of wanting to personally shop and select beef is critical to increasing online beef purchases among consumers. The research conducted shows there is an opportunity to overcome this challenge by utilizing more unique tactics for online grocery shopping. As consumers are at home cooking, grilling, and hopefully enjoying beef, retailers have an opportunity to help them feel more comfortable buying that beef online.

Reacción ante las exigencias de CHINA de garantizar embarques "libres " de COVID -19

29 June 2020

An industry group representing US agriculture producers says that Chinese demands that overseas suppliers guarantee that their shipments are free from COVID-19 contamination are making some shippers forego trading with China.

According to reporting in Reuters, Western Growers, a trade group representing companies that produce nearly half of US fresh vegetables, fruits and tree nuts, confirmed that many of its members had received import declaration requests from Chinese authorities.
"It's changing how some of our growers are reacting to the marketplace," said Dennis Nuxoll, the trade group's vice president of federal government affairs. "Some of them are not going to export."
Nuxoll declined to say which companies were backing away from shipments to China.
Western Growers complained this week to the US Department of Agriculture and US Trade Representative over the issue, and the government said it would take it up, Nuxoll said.
The USDA and USTR did not immediately respond to requests for comment.
In a statement on 24 June, the USDA and US Food and Drug Administration said: "Efforts by some countries to restrict global food exports related to COVID-19 transmission are not consistent with the known science of transmission."
China, where the coronavirus pandemic originated, is trying to prevent any possibility of new infections coming from imported goods as it takes aggressive measures to contain a recent spike linked to a wholesale food market in Beijing.
Global meat exporters like JBS SA, along with some US produce suppliers, have agreed to sign declarations ensuring the safety of their shipments. Others that export produce and soybeans have scoffed.
Produce exporters are nervous that Chinese authorities could reject perishable goods, making the shipments a total loss, Nuxoll said.
"We are aware that the Trump Administration has objected to China's actions and request that the administration continue to pressure the Chinese government until it reverses this ill-timed and scientifically indefensible trade barrier," said Dave Puglia, Western Growers' president and chief executive.

Proveedores entregan declaraciones de seguridad

29 June 2020 US food and feed exporters are shipping goods to China with letters assuring the safety of their cargo instead of the official virus-free declarations required by Chinese authorities.
Reuters reports that Chinese customs authorities have requested official declarations that guarantee imports into China are free of the novel coronavirus.
However, US food exporters have drafted their own letters certifying the safety of their shipments, a US agricultural export group said on 26 June.
The commitment statements, drafted by the Agriculture Transportation Coalition (AgTC), are meant only to assure importers that shipments have been harvested, processed and handled consistent with industry safety standards and guidelines from medical experts.
The move comes after China's customs authority last week asked food exporters to the country to sign official declarations their produce is not contaminated by the novel coronavirus.
Chinese demands for the guarantees have roiled the food and agriculture sector and are causing some shippers to forego the China trade, US produce growers group said on Friday.
"You're not signing your name to a guarantee that they have no coronavirus. Nobody can do that. Coronavirus does not live on food or plants," said Peter Friedmann, executive director of AgTC, which represents mostly exporters of US agricultural products in shipping containers.
Exporters cannot guarantee that cargo will remain free of the virus after it leaves their facilities, Friedmann said.
"If a Chinese customs inspector has the virus and he handles something, someone can come back later and say that shipment has coronavirus," he said.
Chinese customs officials have not confirmed that the commitment statements are acceptable replacements for their official declarations, but no AgTC members have reported any related shipping issues to date.

Factores que intervienen en la retención de hembras

July 1, 2020 01:04 PM
USDA will release the biannual cattle inventory report in three weeks but let’s take a cursory look at the 2020 factors influencing the size of the beef cow herd.

Economics drive cattlemen’s decisions to retain or sell females and we’re seeing sizable shifts in cow/calf economics this year.
Feeder cattle prices since mid-March have fallen well below a year ago and futures-implied prices for the second half of the year don’t indicate a major breakthrough. Thus, little incentive will exist for producers to allocate more resources toward growing the cow herd.

Weather patterns are important as well, as they determine availability and price of feed. The June 25th drought index shows a concerning and increasingly large portion of the western U.S. being affected by abnormally dry to extreme drought. Six of the top 10 beef cow producing states in the country are

implicated in this dry pattern. We'll likely see the result in fewer replacement females kept later in the year and deeper/earlier culling of cows already underway.
With projections aside, let's take a look at some concrete evidence. U.S. beef cow numbers started the year at 31.3 million head, about 1% lower than January 2019. Through mid-June the beef cull cow harvest has averaged about 60,000 head weekly, 2.3% larger than a year ago, despite the severe April and May decline during the worst of the pandemic, when packers were unable to operate at full capacity.
Heifers in the fed cattle supply chain have continued to represent an annually larger proportion of the steer/heifer mix since 2016. The year to date information shows heifers have comprised 37.6% of the total this year versus 31.8% in 2016. An old rule of thumb suggests that when heifers represent 36% and above in the fed cattle mix, the industry is in a liquidation phase.
As the dairy industry has embraced sexed-semen technology we're aware that there are fewer dairy-sourced steers in the mix, as dairies opt to breed for more females. Consequently, we need to recognize that the benchmark proportion of heifers in the fed cattle harvest should be slightly higher in most recent years.
By year's end the heifer share may average 38% of the total fed cattle supply. The January inventory report pegged replacements lower by 2% than a year ago and the trend looks likely to be lower again.
A rebalancing of large cattle supplies to match cumulative packing plant capacity would be beneficial to the production sector. The turnaround in the cattle cycle and the abnormalities of 2020 will further incentivize producers to shrink the nation's herd.

Acuerdo EE.UU. – Canadá y México (USMCA) entró en vigencia

02 July 2020 The United States-Mexico-Canada Agreement (USMCA) went into effect on 1 July, replacing NAFTA.
USMCA is a better deal for America's farmers, consumers and workers that will set them up for success for decades to come. US Secretary of Agriculture Sonny Perdue penned an oped in the North Carolina Fayetteville Observer saying, "USMCA creates more market access for farmers from across our nation to sell their wholesome and nutritious products to our closest neighbours. This is a better deal for America that will grow our economy and put more money in the pockets of American families."
"On my first day as Secretary of Agriculture, President Trump promised he'd fight for better deals for American farmers. That is why the president renegotiated the decades-old NAFTA and modernised it into a better deal for America's farmers, consumers and workers that will set them up for success for decades to come…
"We are shown once again that President Trump has the backs of America's farmers and thank him on the delivery of this much better deal…
"USMCA helps all of America's diverse agricultural industries. This new and improved deal secures greater access to markets and lowers barriers for our agricultural products…
"USMCA eliminates Canada's unfair Class 7 milk pricing scheme that was creatively developed to allow unfairly low-priced Canadian dairy products to undersell US products in Canada and in third-country markets. United States poultry and egg producers will also see expanded access to Canada's market, directly benefiting American producers in states like Iowa, Georgia, Arkansas and California…
"It includes rules to address all agricultural biotechnology, including gene editing, in support of 21st century innovations in agriculture. The agreement also improves the flow of trade with new and enforceable rules to ensure that sanitary and phytosanitary measures to protect human, animal, or plant life or health are science-based and transparent…
"USMCA also updates the rules of origin for processed fruits to ensure preferences benefit US producers. Most importantly, the new agreement maintains the tariff-free access for nearly all US agricultural commodities shipped into Mexico and Canada, providing America's farmers and ranchers continued market access…
"The implementation of this deal sends a strong signal to other important export markets such as the United Kingdom and the European Union that President Trump and Congress are serious about pursuing and enacting future agreements that create better economic opportunities for all parties involved. The United States is open for business, and our farmers are ready to export more of their wholesome and nutritious products to consumers around the world…"

Importaciones suman valor a la producción estadounidense de carnes vacunas

July 2, 2020 The U.S. beef industry is often considered the gold standard, and the past decade has seen exceptional growth in exports, with the past two years producing total revenues in excess of $8 billion per year. That ads $320 to the value of every U.S. fed steer and heifer.
While the U.S. is the fourth-largest global exporter of beef in volume, it's also the global leader in beef imports. Those two facts seem incompatible to many. Why, critics ask, does the U.S. import beef when producers suffer with lower prices and an inability to ship market-ready cattle?

Indeed, the coronavirus disruption was both deep and far-reaching, and the historic slowdowns at packing plants left thousands of cattle without a final home and created a backlog. Abruptly ending the import of beef, however, is not a remedy for the disruption caused by COVID- 19 and would only further reduce the value of U.S. cattle.

Gregg Doud, economist and the chief agricultural negotiator in the Office of the U.S. Trade Representative offered his perspective on imports during a May webinar sponsored by the Oklahoma Cattlemen's Association.

"Advocates claim that if you decrease imports that decreases the supply of beef in the U.S., which raises the price of cattle. That's a fair point," Doud says, "except, name me another industry that gets ahead by shrinking their industry. If you shrink your industry, how are you going to compete with (other proteins)? Shrink your industry, and you will need fewer packing plants, not more."

Indeed, analysts say beef imports actually add value to U.S. beef.

"To understand beef imports in the U.S. you have to understand the hamburger market," says Oklahoma State University agricultural economist Derrell Peel, speaking during the May webinar. "Ground beef consumption in the U.S. is about 26 lb. per capita, which is about 45% of our total beef consumption."

Satisfying America's taste for hamburger requires the import of beef trimmings.

"Despite the common mischaracterization around beef imports, the bulk of imported beef consists primarily of lean beef and/or trimmings," says Nevil Spear, an analyst and consultant based in Bowling Green, Ky., who serves as director of industry relations for Where Food Comes From (WFCF). "Those imports aren't competitive (apples to apples); they're complementary (apples and oranges), being blended with 50/50 trim to make salable ground beef."

Peel notes fed steers and heifers produce about 140 lb. of trimmings, which is about 64% lean. To that, processors will add about 190 lb. of lean trim. The domestic source of that lean is primarily cull cows and slaughter bulls. Imports are the other source of lean trimmings that make up the U.S. total, producing about 334 lb. of ground beef per carcass for an average 79% lean ground.

"Put it all together, ground beef production represents a little bit over 30% of total beef production in the US. Imported beef makes up about 26% of that total ground beef production," Peel says.

Yet, without imported lean, Peel said the U.S. would need to double domestic cow slaughter to generate enough lean trim to satisfy domestic demand for hamburger.

"So, out of the total beef imports, lean trimmings represent somewhere between 70% and 75% of total beef imports," he says.

There are options to the current system, Peel says, though they're not preferable.

"If we didn't import any leans we would have several choices," he says. "We could decrease ground beef production by 45%, simply because we don't have enough lean. Those fatty trimmings from fed cattle would go into rendering and be sold as tallow prices rather than hamburger prices."

A second option would be to grind more whole muscle cuts.

"We could grind more chucks and rounds and products we currently use other ways because they have more value. We could grind those as lean for the ground beef market," Peel says. "We could also take 10% to 15% of our steers and heifers, let them run on range until they're two years of age and sell them like cull cows to get some additional 90% lean, which is essentially the kind of beef we're importing from Australia."

The beef industry in the U.S. could do all of those things if we didn't want to import beef, but, "All of those options would result in lower value for the cattle industry. Imported beef makes fed cattle worth more because it gives us the ability to sell more fat in the form of ground beef," Peel says.

While satisfying hamburger desires plays a huge role in U.S. beef trade, Ambassador Doud emphasizes trade is a two-way street that generates a $2 billion trade surplus.

"My favorite topic involving beef trade is tongue," Doud says. "We can sell beef tongue in the U.S. for 30¢ a pound, or we can sell it to Japan for $7 a pound, and a tongue weighs about 4 lb. That's $25, plus or minus."

Doud also says the beef trade with Canada is more than just feeder cattle and fed cattle coming across the border.

"Half of the imports from Canada, generally speaking, are either cull cows or bulls or 50/50 trim. The largest share of that goes to processors in California," where they are turned into hamburger, he says.

The U.S. also sells nearly $1 billion of beef to Canada each year, and logistics represent much of the rationale. The majority of Canada's population is in the east, while the majority of cattle production is in the western region.

"Which is closer to Toronto, Calgary, AB, or Grand Island, NE," Doud asks. "Grand Island is 1,000 miles closer to Toronto than Calgary," which is one reason why U.S. beef gets shipped to Canada.

Global trade with various countries has added billions of dollars to the U.S. beef industry over the past decade.

"During the past 10 years, the beef industry's cumulative trade balance is nearly $13.5 billion to the positive; export value exceeds import value," Spear says. "The benefit is self-explanatory."

Cambios y perspectivas en la ganadería

June 24, 2020 Alexander Graham Bell never imagined the smart phone most Americans carry today. Even those with a touchscreen didn't dream of such wonders a generation ago, and attitudes still vary. From bag phones to flip phones that can text to the latest with an app for everything, each person choses their level.

Innovation presents the option to accept or turn down, said Bill Rishel, longtime Nebraska Angus producer, at the online 52nd Annual Beef Improvement Federation (BIF) Symposium. He challenged listeners to see change as an opportunity for progress.

"I want to stimulate a new way of thinking about the future," he said.

Appreciating the past

That should begin with looking back to recognize "paradigm shifts" when new ideas suddenly supplant accepted or traditional ways.

"The paradigm shifts over the past 50 years certainly improved our industry and got us to where we are today," Rishel said by way of introducing seven that helped everyone from ranch to beef consumer.

Performance record systems. Significance often overlooked because of their widespread use today, Rishel said the data collection led to in-herd records, breed association databases and national research organizations.

Artificial insemination. Used since the 1950s by a few registered bull owners, this innovation didn't show what it could do until the early 1970s. When its use was opened to all in the early 1970s, "we witnessed greater opportunity for genetic improvement and long-term sustainability."

Boxed beef fabrication lowered delivery costs, ensured product safety and increased demand for beef.

Branded beef programs debuted in 1978 with live and carcass specifications to enhance consistency, Rishel said. "Standing behind the product was a pretty new concept to our industry and the consuming public. It even helped reverse the serious decline in beef demand."

The Beef Promotion and Research Act of 1985 provided structure and requirements for the Beef Checkoff Program that works to benefit producers and consumers, he said.

Expected progeny differences (EPDs) allowed anyone to rank individual animals on their genetics, regardless of environmental differences, Rishel said. EPD methodology led to the use of ultrasound technology in gathering carcass data for sire evaluation.

Genomic-enhanced EPDs (GE EPDs) take in DNA studies and other sources to find economic merit in more cattle and in traits that are hard to measure. "The speed of development and adaptation of genomics has been revolutionary," he said.

The seven innovations offered progress in genetics, efficiency and profitability at each level. They also provide a "paradigm shift philosophy" for future management decisions.

"Perhaps we can apply some of that thinking to our business and industry as we charge forward into the next two decades," Rishel said. "The central idea to these dynamic changes is the desire to improve genetics and improve our enterprises."

Looking forward

Research proves the industry is continually improving beef production.

"I believe we are just scratching the surface," Rishel said. "I have no doubt genomics are destined to play a much larger role," such as selection for strong immune systems, feed efficiency and carcass merit.

Beef quality is a key focus, Rishel said, but that must expand to other consumer connections.

"Producers are making strides in sustainability," he said. Cattle graze land unsuitable for crops and "upcycle" forage into that nutritious source of protein that is beef.

Document conservation efforts that link livestock, wildlife, water and forage management, Rishel suggested.

"We have a great story to tell," he said. "Many of our consumers, even the ones who really love beef, want to know that we are doing the right things for the environment and sustainability of our natural resources."

If we were to look back on the industry in 20 years, what would be our biggest accomplishment?

"I hope the greatest paradigm shift would be our ability to accept change," Rishel said.

NCBA satisfecha ante cambios que mejoran la capacidad de la industria de carnes

03 July 2020 The National Cattlemen's Beef Association (NCBA) supports legislation that would improve US meat processing capacity and shore up supply chains.

On 2 July, a bipartisan group of lawmakers introduced the Requiring Assistance to Meat Processors for Upgrading Plants (RAMP UP) Act, which provides federal incentives to improve beef processing capacity.

Introduced by House Agriculture Committee Chairman Colin Peterson (D-MN), Reps. Frank Lucas (R-OK), Jeff Fortenberry (R-NE), Chellie Pingree (D-ME), Glenn Thompson (R-PA), Sanford Bishop (D-GA), David Rouzer (R-NC), Jim Costa (D-CA), Robert Aderholt (R-AL), and Angie Craig (D-MN), the RAMP UP Act will bolster market access for cattle producers and keep store shelves across the country stocked with wholesome and nutritious beef products.

“The COVID-19 pandemic caused unprecedented disruptions to beef processing which were devastating to cattle producers,” said NCBA Vice President and Minnesota Cattlemen’s Association past president Don Schiefelbein. “The RAMP UP Act addresses these supply chain issues by ensuring cattle ranchers and farmers have robust access to new markets regardless of where their livestock is processed. We are grateful to Chairman Peterson and Rep. Lucas for their leadership and attention to this critical issue.”
The RAMP UP Act authorises federal grants up to $100,000 for existing meat processors to become federally inspected. Currently, state inspected and custom exempt processors cannot sell meat in interstate commerce and the process to become compliant with, and inspected by, the Food Safety and Inspection Service (FSIS) is expensive and daunting. If enacted, the RAMP UP Act would ease this burden on processors and benefit cattle producers by opening new markets for the beef they produce.

AUSTRALIA

Merma en los embarques del mes de junio por escasez de oferta

Jon Condon, July 2, 2020 AUSTRALIA’S June beef exports have continued to show the strain of tight cattle supply, with some key markets well down on trade in earlier months, and this time last year. Other destinations were sharply higher, however.
Total beef and veal volume to all offshore markets last month reached 96,495 tonnes, about 2.1pc below May figures, and 3.6pc down on June last year.
For the six months just ended, export trade reached 553,680t, down about 16,000t on the same period last year. But it’s the second half of the year when the dramatic change occurred in 2019. Driven hard by drought cattle turnoff, July-December last year accounted for almost 660,000t of beef exports – more than 106,000t or 20pc higher than the previous six months. Chances of that happening this year are zero.
US trade sharply higher
Among Australia’s major export customers, trade into the United States stood out last month. For the first time in at least four years, the US was Australia’s single largest customer by volume for the month of June, taking 26,161t of chilled and frozen beef.
That clearly reflects the dramatic events in the US during the preceding months, with almost 40pc of its beef processing capacity lost due to COVID-related abattoir closures, and a consequent dramatic rise in meat prices.
This drove a short-term, but sharp rise in demand for Australian beef, however trade sources suggest that trend is likely to be reversed again in July figures, now that US processing capacity is fully restored.
Particularly noteworthy was the sharp rise in chilled exports to the US, which in June accounted for 7125t or more than 27pc of total US trade, sharply higher than this time last year.
For the full fiscal year ended June 30, US trade accounted for more than 243,000t of Australian beef, about 1pc higher than the previous 12-month cycle. Calendar year to date (past six months) accounted for 114,500t, down 7pc year-on-year.
China trade sharply down
Australia’s exports to China slowed dramatically in June to 16,963t, down 25pc from this time last year, and a big 29pc decline from about 24,000t shipped in both April and May.
Quota management issues may have played a part, with Australia approaching its Safeguard tariff limit much earlier in the year than normal (see today’s separate report). Suspensions of four large Australian export beef plants in late May perhaps also played a part, as has the general ‘re-setting’ of meat prices in China from levels seen earlier.
For the first half of 2020, Australia’s exports to China totalled 121,181t, up just 3pc from a year ago, despite record tonnages delivered during the March-April period. Reflecting the dramatic longer-term trend, however, full fiscal year volume to the end of June was just over 303,000t, up by one-third on the 206,000t shipped the year before.
Trade to Japan last month reached 21,715t, up almost 8000t or 58pc on particularly low May trade impacted by COVID, but well short of the 26,000t trade seen in June last year.
Full fiscal year to June 30 shipments reached 284,000t, down 6pc on the previous year.
In Korea, June shipments hit 15,119t, almost 10pc higher than May, and slightly higher than this time a year ago. Full fiscal year trade reached almost 159,000t, down 10pc on year-earlier comparisons, as Korea’s food service demand recovers after COVID.
In other export markets, Indonesia last month accounted for 4685t, up about 16pc on this time last year, while full fiscal year trade reached 57,629t, almost 5pc higher than the previous year.
The total Middle East region took just 1715t of Australian beef in June, down 31pc as demand was impacted by COVID measures, and competitive prices from South American suppliers. For the full year ended Tuesday, trade reached 28,600t, down 4pc from the previous 12 months.

The European Union also suffered from very flat COVID-related demand, with June exports at an unbelievably low 489t. That was about half the already low May figures, and 60pc below the same period last year. Full-year exports tell a similar story, with total EU tonnage for both grassfed and grainfed quotas reaching just 11,400t, down from 14,500t the year before.
Domestic trade highlight
With trading terms difficult in most export markets currently, the domestic Australian market is one of the bright lights, trade sources said this morning.
A currency hovering close to US70c has not helped export prospects, and the gradual restoration of food service demand through Australian hotels and restaurants has underpinned domestic demand in the past few weeks.
Loin cuts, which are normally at their height during the warmer-months' barbecue season, are particularly strong by mid-winter standards, wholesalers told Beef Central this morning.

China aplicó cláusula de salvaguardia y estableció aranceles adicionales sobre las exportaciones de carnes bovinas procedentes de AUSTRALIA

03 July 2020 China has increased tariffs on Australian beef imports and hints at increased tariffs on whole milk powder later in 2020.
According to a story from ABC News, the duty on beef would jump from 4.8 percent to 12 percent for the rest of 2020.
Australian meat analyst Simon Quilty explained that the increase will withdraw the preferential tariffs agreed under the China Australia Free Trade Agreement (ChAFTA), triggering a Special Agricultural Safeguard (SSG).
This year the safeguard was set to 179,687 tonnes of beef, a volume that was met on 30 June.
Despite Australia triggering the safeguard, a spokeswoman from the Department of Agriculture said that June was the earliest that preferential tariffs have been dropped since ChAFTA was enacted in 2015.
"The unprecedented growth of Australian beef meat exports to China in the year to date mans that the volume has reached the threshold already this year," she said.
"Forecast data shows the SSG for whole milk powder is likely to be triggered later this year also."
Mr Quilty told ABC News that the impact of the increased tariffs is already being felt across Australia's beef industry.
"New Zealand and Costa Rica are now on zero tariffs [into China], but Brazil, Argentina, Uruguay and Canada are all on 12 percent," Quilty said.
"Chinese importers have already asked Australian exporters to either renegotiate contracts already in the system or, in some instances, have looked to cancel contracts, which we know is a real no-no in the market place."
Quilty explained that the Chinese economy is struggling, and the ability of importers to pass the higher cost duty onto Chinese consumers is nearly impossible.
He expects the preferential tariffs to be reinstated from January 2021 before being completely removed under ChAFTA by 1 January 2024.

Acuerdo con INDONESIA entra en vigencia

The Indonesia-Australia Comprehensive Economic Partnership Agreement (IA-CEPA) will enter into force on 5 July 2020.IA-CEPA is expected to further support Australian beef and live cattle exports to meet the rapidly rising demand for beef in Indonesia. The Indonesia-Australia Comprehensive Economic Partnership Agreement (IA-CEPA) will enter into force on 5 July 2020, paving the way for more trade certainty for live cattle exports and the elimination of tariffs for all boxed product exported to Indonesia.
Here, we talk to MLA's Global Manager – Trade and Market Access, Andrew McCallum, about how the IA-CEPA will benefit red meat producers.
"The IA-CEPA is a big win for producers across Australia – tariffs will disappear and there's more guaranteed access for live cattle exports," Andrew said.
Benefits of the IA-CEPA to the Australian red meat and livestock industry include:
1. Duty-free quota for 575,000 head of live male cattle in the first year, which will grow by 4% a year over five years to 700,000 head
2. Import permits to be issued automatically on an annual basis (without seasonal restrictions)
3. Liberalised access for live female cattle exported to Indonesia, with 0% tariffs from 5 July 2020 and no quota or import permit restrictions
4. Immediate or gradual liberalisation of tariffs applicable to boxed beef and sheepmeat exports to Indonesia, whereby those tariff lines not already benefiting from 0% tariffs secured under the ASEAN-Australia-New Zealand FTA will benefit from either a 0% or 2.5% tariff on entry (down from 5%). The tariffs will be eliminated altogether over five years.

Indonesia is an important trading partner for the Australian live cattle and beef industry – in fact, the trade was worth more than $1.2 billion in 2019.
“IA-CEPA is expected to further support Australian beef and live cattle exports to meet the rapidly rising demand for beef in Indonesia which is expected to grow 9% by 2022 to 839,000 tonnes carcase weight,” Andrew said.
“Security of markets allows Australian red meat businesses to continue to invest back into their supply chains and employ more Australians.
“In an increasingly competitive market, where Indonesia is granting access to numerous beef suppliers, the removal of these import tariffs will assist in maintaining Australian product’s cost competitiveness.”

EMPRESARIAS

Burger King, Cargill y WWF – lanzan programa de producción sustentable

Drovers News Source July 1, 2020 10:15 AM
As global demand for protein increases, ranchers, agribusinesses, restaurants and conservation partners are coming together to feed a growing population, address climate change and protect the planet. Burger King® restaurants and Cargill are teaming up with World Wildlife Fund (WWF) and ranchers within the Northern Great Plains to launch a three-year grasslands restoration program. This initiative brings together two major companies who deliver beef to Americans to support the rehabilitation of less productive soil into thriving ecosystems– with cattle playing a critical role.
Through reseeding, the program aims to convert nearly 8,000 acres of marginal cropland throughout Montana and South Dakota to ecologically diverse grasslands with beef cattle as the primary grazers in the ecosystem to maintain it. If successful, the program is projected to save the carbon equivalent of driving nearly 70 million miles in an average passenger vehicle.
“We recognize the powerful opportunities we have to advance sustainability in food production together. Through our parent company’s Restaurant Brands for Good framework, we have showcased our commitment to implementing more sustainable business practices,” said, Matthew Banton, Global Head of Innovation and Sustainability for Burger King. “Via the Grasslands Restoration project, we are proactively engaging with our peers, experts and industry stakeholders to help advance beef sustainability and mitigate the effects of climate change.”
According the Food and Agriculture Organization of the United Nations, the North American beef supply chain is already more than 35% more efficient from a GHG perspective than the global average. The project builds on the strong leadership of farmers and ranchers in this region, by providing additional opportunities to expand their grazing land.
Climate benefits of reseeding grasslands and cattle grazing
The reseeding efforts will focus on large areas of marginal cropland in the Northern Great Plains - where the land is not productive for farming or other agricultural uses. Native grasses, with roots 10 to 15 feet deep in some cases, pull carbon from the atmosphere and store it underground to support one of the world’s most stable carbon sinks. The roots also secure the plants and topsoil from being blown or washed away and effectively pull water underground, supporting the resiliency of the grasslands during times of drought.
“Through this project, the producers recognize the potential to improve the ranches for future generations,” said Markus Erk, a rancher from South Dakota. “I’m thrilled to team up with partners who want to come along side us to help us enhance our conservations practices.”
When managed well, cattle grazing can help stimulate the growth of grasses and maintain a healthy ecosystem, similar to the role the region’s native bison used to play. Cattle’s hooves break through hard ground, allowing more water to be absorbed into the soil. The restored grassland can also provide a habitat to wildlife unique to the region.
Ranchers are some of the most important stewards of the grasslands of the Northern Great Plains. As managers of over 70% of the remaining intact grasslands within this region, they hold the key to its future,” said Martha Kauffman, Managing Director of WWF’s Northern Great Plains program. “Our collaboration with Cargill and Burger King will restore formerly plowed areas within these vital ecosystems back to grasslands through the seeding of native grasses. As these ecosystems rebuild under the management of our ranching partners, the environmental value and the health of our grasslands, including their ability to support wildlife, will continue to grow for years to come.”
The latest monitoring practices will be used to measure the progress of the project including changes in soil carbon and moisture, and the wildlife response to the. Carbon measurement tools will also be explored and tested to continuously evolve best practices.
Progress through partnerships
The project is part of Burger King’s and Cargill’s continued efforts to help make beef more sustainable. As one of Restaurant Brands International iconic brands, Burger King is working to advance commitments

made through its sustainability framework, Restaurants Brands for Good. Launched last year, Cargill's BeefUp Sustainability initiative which seeks to reduce GHG emissions throughout the company's beef supply chain by 30 percent by 2030, measured on a per pound of beef basis against a 2017 baseline. Efforts by both companies support the U.N. Sustainable Development Goals.

Cattle ranchers will be at the forefront of this effort to develop a foundation for ecosystem restoration that encourages increased participation as the program grows. The collaboration also builds on WWF's existing Sustainable Ranching Initiative, further expanding the opportunity for ranchers to implement sustainable cattle grazing practices after plants have had time to root.

"We are building on the strong environmental stewardship led by farmers and ranchers, and will partner with producers, customers and innovators to drive sustainability solutions," said Heather Tansey, Sustainability lead for Cargill's protein and animal health businesses. "At Cargill, we are in a unique position to drive connection across the entire North American beef supply chain. Together we can scale realistic solutions that address sustainability challenges."